

# DIALÉTICA DA SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

César Aparecido Nunes <sup>1</sup>

*Tanto as condições objetivas quanto as subjetivas, (...) não são mais do que duas formas diferentes das mesmas condições sociais.*  
(K. Marx, 1849).

**RESUMO:** Este artigo apresenta pressupostos para uma análise dialética da Sexualidade, a qual se apresenta como exercício crítico para a compreensão da condição humana. A presente análise fundamenta-se em eixos de raízes antropológicas, históricas e filosóficas, conferindo ao tema um estatuto identificado nas ciências humanas, campo legítimo para o destaque da Sexualidade como dimensão essencialmente humana, construída dialeticamente na dinâmica das relações sociais. A delimitação desta abordagem obedece a determinantes metodológicos do materialismo histórico, para respaldo da pluralidade teórica e epistemológica que busca-se ressaltar. São priorizadas na análise aqui empreendida as categorias: contradição, conflito, ideologia, materialidade, mediação, concepção política e totalidade, sob perspectivas da dialética, ultrapassando os *simplismos* comuns das perspectivas idealista, harmoniosa, distintiva e cartesiana de análise da temática. Tal sistematização enfoca a Sexualidade como um todo, de modo a circunscrevê-la como uma das mais ricas expressões da condição pessoal, social, histórica, econômica e filosófica.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sexualidade humana. Dialética. História. Filosofia e Sociedade.

## DIALECTICAL ANALYSIS OF SEXUALITY AND SEXUAL EDUCATION IN BRAZIL

**ABSTRACT:** This article presents a presupposition to a dialectical analysis of Sexuality, which is presented as a critical exercise to the comprehension of human condition. The present analysis is based on anthropological, historical, and philosophical, giving to the subject an statute identified on human sciences, legitimate area to the relevance of Sexuality as an essentially human dimension, dialectically constructed on the dynamic of social relations. The delimitation of this approach obeys methodological determinances of historical materialism to fundament the theoretical and epistemological plurality that is asseverated. The categories contradiction, conflict, ideology, materiality, mediation, political conception and totality, under dialectical perspective, are prioritized on the analysis here emprehended, surpassing the common simplisms of idealist, harmonious, distinctive and cartesian perspectives of analysis of this thematic. This systematization sees Sexuality as a whole, the way to circumscribe her as one of the richer expressions of personal and social, historical, economical and philosophical condition.

**KEY-WORDS:** Human sexuality. Dialectics. History. Philosophy and Society.

---

<sup>1</sup> César Nunes é professor livre docente da Faculdade de Educação da UNICAMP, presidente da ABRADES e coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação PAIDÉIA.

A assimilação das práticas discursivas sobre Sexualidade e Educação, na instituição escolar brasileira, já foi objeto de estudos sistemáticos em recorrentes momentos de nossa trajetória de educadores. Alinharemos no presente artigo alguns marcos dessa dinâmica institucional e temática. Na primeira parte de nossa exposição limitamo-nos a apresentar os pressupostos da Sexualidade e seus eixos constituintes como suporte antropológico e objeto de pesquisa. A abordagem da sexualidade numa dimensão histórico-filosófica requer definir sua natureza *híbrida*, permeando significativamente a subjetividade existencial e a realidade de nossa dimensão política. Na dimensão ontológica da sexualidade estão presentes elementos de natureza íntima e subjetiva, mas também ali se encontram exigências de ordem externa, social, ética e política. Isto requer que façamos sempre uma delimitação abrangente da análise desse campo, de modo a não cair em reducionismos subjetivistas radicais, que tornam-se expressões da aventada individualidade, ou ainda que possamos produzir discursos tão exteriores, distantes e frios, opacos e objetivistas, sem atingir sua rica e dinâmica globalidade e articulação.

Uma reflexão na área da Educação, particularmente desenvolvida dentro do campo da Filosofia, que venha a circunscrever a *sexualidade* como tema de investigação, deverá fundamentar-se numa sólida antropologia e ontologia, politicamente definidas em suas matrizes materiais. A delimitação dessa investigação obedece sempre a determinantes metodológicos da área das Ciências Humanas e encontra nesse campo, a pluralidade teórica e epistemológica que lhe é própria. Essa escolha metodológica adotada pretende explicitar as contradições do processo de conhecer a realidade, que significa desvendar suas significações históricas, éticas e políticas. Como uma realidade essencialmente humana, a sexualidade não poderá permanecer como assunto especializado das Ciências Biológicas ou ser objeto restrito de posturas institucionais herméticas. A sexualidade configura-se como uma dimensão ontológica essencialmente humana.

Para tanto, é de proeminente importância apresentar-se uma clara definição do que se entende por *dialética*, visto ter esta concepção e termo tomado diferentes e diversos sentidos no campo da pesquisa nas Ciências Humanas atuais. Nosso intuito, então, consiste em buscar compreender a sexualidade na trama das relações sociais e culturais de cada época histórica, explicitar seus determinantes econômicos, mormente dos modelos hegemônicos, decifrar seus eixos de sentido e desvendar as contradições dos códigos de poder que a envolvem. Na concepção dialética da pesquisa em educação, a metodologia está intrinsecamente envolvida com

uma concepção de realidade, uma concepção de mundo, uma visão do homem, da vida e da história.

Optamos por definir a dialética em sua conformação processual e histórica. Todavia, para ilustração desta trajetória, adotamos a definição de SARTRE (1985), que diz:

Nada mais é dialético do que o movimento real, o complexo movimento do mundo e do pensamento, numa síntese dinâmica, ação recíproca, a negação, a contradição e o dinamismo, à qual a lógica estática não atribui senão valor negativo, mas a consciência dialética transforma-a em elemento ativo e fecundo, sem o qual não há desenvolvimento nem vida. (SARTRE, J.P 1985: 55)

Não se trata de buscar uma metodologia científica que venha a dar conta da realidade do mundo de maneira fria e supostamente neutra ou imparcial, pois não buscamos a ciência como uma descoberta de coisas ou verdades. Para nós o pensamento dialético exige uma visão de globalidade, uma árdua investigação de todos os processos e dimensões envolvidas na realidade e uma relevância comprometedora do papel político do próprio pesquisador ou pensador.

A afirmação fundante de MARX (1986) sobre a base histórico-ontológica da dialética ainda permanece como horizonte:

(...) o primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação com o resto da natureza. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida: passo esse que é condicionado por sua organização corporal. (MARX, K & ENGELS, F. 1986: 76)

Esta premissa, de ordem conceitual e histórica, fundamenta a interpretação de que *"indivíduos determinados, que como produtores atuam de modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas"*. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo, de maneira clara e objetiva, e sem qualquer especulação ou mistificação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A produção de idéias, a estrutura de representações da consciência está, de início, diretamente entrelaçada à atividade material e envolvida com o intercâmbio material. São estas algumas das bases conceituais da ontologia dialética marxista. Supera-se a linearidade, o paradigma da explicação puramente formal, essencialista, idealista, harmoniosa, distintiva, cartesiana, pelas categorias da contradição, conflitos, ideologias, materialidade, mediação e concepção política.

O trabalho de refletir sobre a sexualidade humana, para compreender sua dinâmica no campo da sociedade e da construção histórica talvez possa, entre suas múltiplas possibilidades, ser tanto mais precisamente investigada e conhecida quanto mais se expuserem suas bases reais e gênese material e histórica. O pensamento dialético pretende abarcar a questão da sexualidade na trama de suas interrelações e não de maneira fragmentária e particular. A concepção dialética não caminha de maneira linear e evolucionista, mas tende a compreender as coisas pelas suas contradições externas e internas, com seus vínculos e formas próprias de serem apropriadas ou conhecidas.

GOLDMANN (1979), expressa bem claramente tal dimensão, própria do pensamento dialético, ao escrever:

O pensamento dialético afirma, (...), que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como a perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente. (GOLDMANN, L. 1979:20)

Esta clareza sobre o referencial materialista dialético deve ser o fundamento para uma superação de concepções simplistas e reducionistas que pairam sobre a temática. Requer compreendê-la como uma forma específica de pensamento e não como uma mediação sócio-analítica, ou uma variante heurística de alcance parcial. Ainda GOLDMANN (1979) nos orienta ao definir a dialeticidade entre a compreensão dos indivíduos sobre seu tempo e a visão de mundo de cada época: (...) *uma visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimento e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e os opõe aos outros grupos.*(GOLDMANN, L. 1979: 43)

Nestes referenciais pretendemos empreender uma análise materialista e dialética da sexualidade, tal como esta se constituiu em modelos hegemônicos na construção histórico-cultural ocidental. Compreender a visão de mundo de cada época, mesmo numa extrapolarização esquemática própria da filosofia e do historiador, é um recurso para desvendar as múltiplas contradições que cercam o campo da sexualidade como um todo, de modo a circunscrevê-la como uma das mais ricas expressões da condição humana pessoal, histórica e social.

LUKÁCS, citado por GOLDMANN, já escrevia com certa determinação, rebatendo algumas inverdades, em 1923:

Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de modo terminante o marxismo da ciência burguesa; é o ponto de vista da totalidade. A categoria de totalidade, a predominância universal e determinante do todo sobre as partes constitui a própria essência do método que Marx emprestou de Hegel e o transformou, de maneira a fazê-lo a fundamentação original de uma ciência inteiramente nova (...) a predominância da categoria da totalidade é o suporte do princípio revolucionário na ciência. (GOLDMANN, L 1979: 49)

Assim, cumpre afirmar que a categoria de *totalidade* é a que empresta a uma determinada visão de mundo seu caráter dialético, portanto é também aquela que expressa a filosofia "marxista" como uma consciência específica de sua época e de seu tempo. O materialismo histórico e dialético é, conseqüentemente, uma filosofia, por possuir em si a perspectiva da totalidade da investigação sobre o mundo e sobre o homem presente, oferecendo encaminhamentos e respostas às grandes questões da atualidade humana.

É precisamente esse humanismo marxista redimensionado que pretendemos retomar na presente reflexão, pois o Marxismo, ao encampar as teses libertárias do iluminismo e da modernidade, dentro de uma ótica política dos trabalhadores marginalizados do século XIX, tornou-se um dos mais vigorosos humanismos da história da filosofia, ao trazer, para a vida prática e real, a emergência da ação como forma de transformar o real e fazer nele a constituição dos grandes anseios existenciais e sociais humanos. O mesmo autor nos lembra:

O humanismo materialista e dialético afirma assim como valor supremo a realização histórica de uma comunidade humana autêntica, que só pode existir entre homens inteiramente livres, comunidade que pressupõe a supressão de todos os entraves sociais, jurídicos e econômicos à liberdade individual, a supressão das classes sociais e da exploração. (GOLDMANN, L. 1979:33)

Assim, ao procurarmos associar a sexualidade ao movimento de busca de uma nova sociedade, estamos fundamentados na perspectiva que considera que a subjetividade decorrente da libertação social é mais ampla que os reducionismos individualizantes próprios da grade conceitual burguesa, universalizada somente como forma inorgânica e desumanizada na mercadoria.

Quando estudavam as relações da classe operária inglesa, no século XIX, MARX e ENGELS (1986) já apontavam as grandes contradições presentes, que não se transformaram até hoje, pelo contrário, recrudesceram e deram outras formas atomizadas de desumanização e controle. Sua sensibilidade apontava que todos os atos humanos, as profissões e os saberes envolvidos na *manufatura*, base material da sociedade em que se encontravam, acabam passando

por este crivo e, desta forma, são pensados pelos capitalistas e pelos engenheiros como formas mais ou menos pitorescas da existência do tempo do capital:

Os homens apagam-se frente ao trabalho, o balanço do pêndulo tornou-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, assim como o é da rapidez de duas locomotivas. Assim sendo, não se deve dizer que uma hora (de trabalho) de um homem vale uma hora de um outro homem, mas que um homem de uma hora vale um outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é mais nada, é no máximo, a carcaça do tempo.(MARX, K & ENGELS, F 1986: 56)

A análise dos discursos sobre sexualidade tomou um caráter científico muito recentemente, no campo da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. A multiplicidade desses discursos, de origens e contornos diversos, contraditórios e por vezes dicotômicos, confunde sua delimitação significativa e política. A proliferação desses discursos revela não somente a pluralidade da compreensão sobre esta essencial dimensão da condição humana, mas também exige que tal sincretismo conceitual e verbal seja também tematizado como questionamento. A incitação ao discurso sobre a sexualidade, na compreensão de Foucault (1985), é uma das formas proeminentes da "nova moral sexual" moderna, encontrando suas raízes na ruptura provocada pela erupção da moral vitoriana e seus impactos sobre a sociedade contemporânea, a partir do século XVIII, estendendo seus tentáculos até nossos dias. Para esse pensador, a forma discursiva não se traduz em uma suposta liberação e afirmação positiva da sexualidade, historicamente reprimida, mas exatamente seu contrário, um crescente processo de estímulo controlado, sublimado, capaz de fornecer variantes à repressão.

Com a construção dos dispositivos da "*scientia sexualis*", para Foucault (1985) a sociedade moderna disciplinou os corpos e os discursos, estabelecendo a regra do permitido e do ilícito, do oculto e do perverso, do proibido e do oficializado. A interdição funcionaria como mecanismo de regulamentação, delimitando o que se deve saber e falar, o que se deve fazer e evitar, controlando o desejo pela censura e as práticas pelo medo ou pela normatização. Não um medo infernal, tão próprio dos sermões medievais, mas um medo definido como "científico", frio, calculado, rígido, coagido aos limites do permitido. A "*scientia sexualis*" seria a forma de compreender também a disciplina das relações matrimoniais, a pedagogização do sexo infantil e a histericização do corpo da mulher, no estudo de M. Foucault (1985). Tais dispositivos estariam definindo o campo do poder da palavra sobre a disciplinarização da sexualidade ocidental e operando o exorcismo racional do sexo dos perversos, realizado *a posteriori*, pelas

Ciências Médicas e ainda mais tarde sob incumbência das Ciências Humanas. Essa teria sido a lógica do Capitalismo, ao colocar a ciência como base material de sua acumulação. Mas o capitalismo, em suas formas históricas, não poderia parar. A sobrevida consumista superou os discursos mais tradicionais sobre o modo de produção capitalista, mesmo sob os determinantes aterradores da "guerra fria". Os círculos decisórios que engendram as grandes concepções e representações de uma época ou de um determinado tempo buscavam encontrar uma panacéia para esse abissal sentimento coletivo de perda, desarraigamento e insatisfação. A expansão acelerada da indústria da comunicação, acentuada nas décadas do pós-guerra, colocava a contradição de diminuir as distâncias físicas entre os homens e sociedades e ampliar as distâncias ontológicas, econômicas e sociais. De súbito, os homens estavam alienados de si, do seu pensar, sentir e dizer, voltados para a "medusa" que a tudo simbolicamente petrificava, representada pela mídia tipificada, atomizando sentimentos e idéias, desejos e utopias.

Esta fragmentação ampla se fazia sentir em todos os campos da atuação humana. Mas um movimento singular metaforicamente abarcava a contraditória condição de perda e ausência: a erupção da Revolução Sexual. O fenômeno da "descoberta" da sexualidade como uma tábua de salvação para as vidas dilaceradas não fez parte da intencionalidade econômico-ideológica das mudanças do capitalismo pós-guerra. Mas esteve fundamentalmente imbricada nesse movimento, vindo a ser cooptado pelo mesmo, para a construção de uma metodologia infalível de consumo e alienação. Isto se deu pela criativa aliança entre consumismo, expansão de uma forma mercantil de comunicação e o forte apelo da propaganda estimuladora de novas e velhas necessidades, a sexualidade reprimida, provocando a alienação do desejo em coisas e corpos, consubstanciando a promessa da felicidade pessoal neste *plateau* extasiante da sexualidade supostamente plenificadora e redentora.

A Educação é para nós um fenômeno humano e social, com suas determinações históricas. Educar é produzir o homem, construir sua identidade ontológica, social, cultural, étnica e produtiva. A educação é o campo da ação humana e, conseqüentemente, toda a sociedade ou qualquer grupo social é uma agência educadora. Não se reduz educação à escolarização ou instrução. Educar é construir redes de significações culturais e comportamentos padronizados, de acordo com os códigos sociais vigentes.

Nesta direção, a Educação Sexual já acontece plenamente em todos os grupos sociais. Ao final da primeira infância a sociedade já foi capaz de internalizar os discursos e comportamentos

padronizados que configuram os papéis sexuais dominantes e suas formas de expressão consentidas e esperadas. A educação sexual é um fenômeno da sociedade. Não é uma tarefa primordial da escola, embora encontre nela um reforço institucional de suas bases sociais. Disto decorre nossa intenção em compreender os discursos vigentes sobre sexualidade além do campo da escolarização. Pretendemos encontrar contornos de significação ético-políticas nas esferas sociais mais amplas, no próprio existir do homem e nas categorias de sentido que fundamentam sua ação no mundo contemporâneo.

Já nos ocaso dos anos 1970 a pesquisadora N. VASCONCELOS (1979), em tese pioneira sobre os Dogmatismos Sexuais, afirmava:

(...) O que foi dito acima a propósito da virtude pode aplicar-se, fundamentalmente, à sexualidade humana, inseparável de uma dimensão ética. Pode-se afirmar que a felicidade, ou a angústia, não são "salários" de uma sexualidade normal ou anormal, pois que esses sentimentos não são determinados por uma "lei da natureza" obedecida, ou não. Ademais, não falamos aqui da felicidade ou da angústia no campo sexual, como sinônimo de prazer, ou de frustração, fisiológicos. Na verdade, felicidade ou angústia são sentimentos fundados sobre percepção afetiva de certos valores alcançados, ou não. E aqui já entramos em um domínio próprio do homem, ou seja, na cultura. Pois que a natureza não coloca valores. A percepção que um homem terá de certos valores se exerce num contexto cultural que os seleciona, os põe e os impõe, os hierarquiza. De modo que a pessoa faz sua entrada em um mundo já valorizado. É seguramente tarefa pessoal de cada um repensar esses valores, criticá-los e assumir essa valorização conscientizada, a custa mesmo de inúmeras angústias. E que uma "simpatia consoladora" não parece perceber, voltada que está para o afã de consolar, sem comprometer-se, isto é, sem compreender uma angústia que se lhe apresenta(...). (VASCONCELOS, 1979: 23)

O "afã de consolar" que trata Vasconcelos (1979), numa massificação embrutecedora, tomou conta de consultórios particulares, programas de televisão, colunas de confidências em revistas e revestiu-se de programas de ensino curriculares. A sexualidade esquadrihada no discurso da consolação mágica que imantaria as vidas e existências fragmentadas. Disso se pode concluir que uma propositura de discutir ou refletir sobre a sexualidade humana, mesmo numa dimensão pedagógica, não poderia circunscrever um quadro burocrático, formal, curricular, restritivo, informativo. Noções de biologia, anatomia humana, comparações entre reprodução animal e o fenômeno humano de nascer são desencontros de uma mentalidade fria e cartorial, retrato de uma sociedade deserotizada. A mesma VASCONCELOS (1979) nos traz um forte apelo de reconceituação sobre o alcance do que seja, ou deveria ser, a investigação significativa e crítica da sexualidade:



Parece, pois, que uma educação sexual não pode prescindir, inicialmente, de um questionamento crítico das noções sexuais correntes. Porque, decididamente, não se trata de ensinar a sexualidade, mas de preparar as condições de desenvolvê-la em seu contexto pessoal, de criá-la. E não se prepara condições, senão em uma perspectiva criativa, de dar condições a uma elaboração pessoal. É, então, o sentido criador mesmo que deverá ser a meta de uma educação sexual. Afinal, a sexualidade é um modo de expressão, liga-se estreitamente à sensibilidade constituindo, com ela, essa atividade essencialmente humana que é o erotismo. A palavra erotismo não designa aqui e não poderia designar em parte alguma, a não ser por melancólica deformação, lubricidade ou devassidão. Designa exatamente aquilo que no homem faz a sexualidade humana, a sua capacidade de inseri-la num contexto simbólico-significativo, de fazer dela uma sinalização e uma mensagem, um chamado e uma conquista. Os ritos da sexualidade, a corte amorosa, a provocação sensual que se manifesta no olhar, nos gestos, enfim em toda a corporeidade, são as variadas faces do erotismo, que se radica, enfim, numa valorização e numa dignificação do corpo. (VASCONCELOS, 1979: 35)

Daí ser possível pensar uma Educação Sexual como uma re-construção das teias e projetos que temos sobre o homem. Decorre ser a palavra sobre a sexualidade uma palavra de sentido e uma palavra de aliança com os demais seres. A sexualidade é a busca mesma da estética e da política significativa e plena da existência, na definição de VASCONCELOS (1979):

Educação sexual é poder abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria então de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e de moral, que não apanham a sexualidade humana naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor. Uma educação estética cobriria perfeitamente essa lacuna. Afinal, quando uma educação sexual conseguisse efetuar a passagem de uma motivação pornográfica da sexualidade para uma motivação em que a busca da beleza sensível fosse um estimulante mais poderoso que a obscenidade, ela já teria colocado as bases necessárias para que o indivíduo, daí por diante, resolvesse humanamente sua sexualidade. (VASCONCELOS, N. 1979: 42)

Esta "resolução" de que trata Vasconcelos (1979), não pode ter um caráter soteriológico ou fetichista, de modo a fazer crer que haja um sentido pronto, determinado, pre-concebido, sobre nossas vidas. É necessário outra vez lembrar a precariedade destas construções humanas, do próprio ser do homem, da realidade do mundo como um todo. A renovação destas experiências de buscas fundantes de si talvez seja o mais forte apelo da possibilidade humanizadora do discurso da sexualidade. O conceito amplamente difundido da "crise" do homem necessita ser

claramente revisado, reconsiderado. Não há como abrir-se para uma sexualidade emancipatória se fundarmos nossas investidas no ceticismo imobilista e pessimista. Nossa ação no campo da educação sexual emancipatória é estratégia para a ação política sobre nosso tempo. Esta será tão mais eficaz quanto maior for sua qualidade de sensibilizar pessoas, sentidos de mundos e coisas que andam ao nosso redor, e será capaz de relativizar outros universos de apelo, pela sua verdade e coerência. Só poderá tratar com ressonância no coração de jovens e adultos, sobre sentidos de ser e sexualidade, que abdicar do dogmatismo e do ceticismo, e na sua ação prática, manifestar uma crença pujante na liberdade e na humanidade.

Ao tematizar as relações entre cultura e sexualidade o pesquisador polonês Malinowsky (1985) tem a ousadia de afirmar:

(...) A cultura depende diretamente do grau em que as emoções humanas podem ser educadas, ajustadas e organizadas em sistemas complexos e plásticos. Em seu grau máximo de eficiência a cultura dá ao homem o domínio sobre seu meio material pelo desenvolvimento de objetos mecânicos, armas, meios de transporte e medidas para proteção contra o tempo e o clima. Estas coisas, porém, só podem ser usadas se juntamente com a aparelhagem for também transmitido o conhecimento tradicional e a arte de usá-lo. O ajuste humano aos dispositivos materiais tem de ser aprendido de novo pelas gerações sucessivas. Ora, esta aprendizagem, a tradição do conhecimento, não é um processo que possa ser executado pelo puro raciocínio nem pelos meros dotes instintivos. A transmissão do conhecimento de uma geração à outra acarreta fadigas, esforços e um fundo inesgotável de paciência e amor sentido pela velha geração com relação à mais moça. Este dispositivo emocional, ainda uma vez, é apenas parcialmente baseado nos dotes, porque todas as ações culturais que domina são artificiais e, por conseguinte, não são fornecidas juntamente com impulsos inatos. A continuidade da tradição social, em outras palavras, obriga a uma relação pessoal emotiva na qual muitas respostas tem de ser educadas e desenvolvidas até se tornarem atitudes complexas. A extensão em que os pais podem ser sobrecarregados com o ônus da educação cultural depende da capacidade do caráter humano de adaptação a respostas culturais e sociais. (...)  
(MALINOWISKY, B 1985: 22)

Se esforçamo-nos para apresentar as razões de nossa determinação em compreender a sexualidade na trama da cultura e das relações sociais é justamente por acreditarmos que sua força humana e conseqüentemente pedagógica reside precisamente neste campo. A educação sexual que pleiteamos não se resume a um amontoado de noções de biologia, prescrições médicas de higiene ou informações anatômicas. Significa compreender o próprio ser do homem em suas bases mais exigentes, como natureza e cultura. Não que venhamos negar a fisiologia e a importância das determinações morfológicas naturais, campos que se traduzem em bases dos

processos de significações culturais. A Biologia, no entanto, não explica nem condiciona nossas vivências sexuais, não cria as redes padronizadas de suas manifestações, que são historicamente constituídas.

Há uma dificuldade muito grande em entender que o recurso à história é a chave da compreensão das sexualidades humanas. O acúmulo do senso comum, com seus determinismos maniqueístas, e o predomínio de uma visão positivista do corpo e da sociedade faz com que confluem para o mesmo ponto o preconceito e a ciência, tornando-se incapazes de desentranhar a sexualidade de sua dimensão histórica. O conseqüente vínculo entre sexualidades descomprimidas e violência sexual nos leva a tematizar de maneira criteriosa esta articulação, como nos diz Highwater (1992):

(...) a transformação do corpo humano em mercadoria não é senão um dos resultados da comercialização do sexo. O ideal da liberdade de expressão, que abriu as portas à reprodução do ato explícito, tem o seu lado sombrio: molestamento de crianças, estupros, mutilações sexuais e violência. Há muito que os psicólogos vêm debatendo a sexualização da violência, que hoje em dia tanta atração exerce, mas é difícil concluir se a repressão controla a conduta antissocial ou se a violência sexual será efetivamente o resultado de décadas de repressão. Acreditava-se que a liberalização das leis que regulamentam a representação do sexo explícito fizesse diminuir a ocorrência de crimes do gênero e trinta anos de pesquisas em nível mundial indicam que a suposição era correta. Ao mesmo tempo, muita gente racionaliza a agressão sexual como "auto-expressão", "ativismo político" e "direitos civis". (HIGHWATER, J 1992: 56)

Por último, o recurso ao estudo das formas de exercício do poder é uma base necessária para compreender claramente as práticas e os rituais das sexualidades atuais, em suas manifestações mitologizadas e reais. Os estudos de Foucault (1985) trouxeram componentes que não possuíam os pesquisadores do período anti-guerra, para o vislumbre de relações entre *poder e sexualidade*. A violência e a denúncia dos componentes perversos do exercício da sexualidade como exercício de dominação foram tornados públicos com estes estudos e referências. Não há hoje como escamotear esta polaridade. As formas de exercício do poder sempre estiveram correlatas com a dominação e conseqüentemente, com as redes de resistências que se constituíram nas diferentes sociedades. Há códigos internos de poder e sexualidade de um mesmo grupo social, desde a consideração das formas patriarcais de poder, do machismo, das perversões praticadas sobre crianças, mulheres, presidiários, marginalizados, loucos e excluídos de toda sorte. Tais vinculações surgem hoje como novos campos da

análise da própria natureza política da sexualidade, muito mais do que uma maior amplitude de abrangência. Highwater (1992) afirma:

(...) Eis aqui algo de uma dificuldade espantosa, a cuja repugnante mensagem não se pode fugir. A brutalidade dos que foram metodicamente brutalizados dá origem a uma nova mitologia, da qual derivam todas as circunstâncias de nossa vida sexual no último decênio do século XX, por mais contraditórias e desconcertantes que sejam. A violência foi sexualizada, ao mesmo tempo que o sexo se politizava. E nas contínuas, cruéis e insensatas guerras de classes, raça, intrusos, maltrapilhos e simples psicopatas, passou a vigorar um modelo antiquado de instrumento do arsenal humano: o corpo masculino como arma". (HIGHWATER, 1992: 89)

Acreditamos que o alcance destas afirmações ultrapassam, e muito, a polarização tacanha da guerra dos sexos ou o panfletarismo feminista caricato. O machismo não é uma dominação exclusiva de homens e a libertação feminina não é uma luta de mulheres. Isto insere-se na capacidade política social humana de construir novas formas de produção e convivência sexual, perpassando por delinear novas formas de ser homem e ser mulher, substituindo a matriz estrutural que os opunha em polaridades diversas. Não se trata de substituir ou equacionar duplas ou múltiplas formas de opressão, trata-se, outrossim, de superá-las. Daí a necessidade premente que a formação para uma intervenção sobre sexualidade humana esteja radicada numa crítica profunda aos mecanismos de poder e dominação que uma sociedade engendra para determinadas realidades e épocas.

Reconhecer que a matriz social que determina as relações de poder entre homens e mulheres, reconhecer que há uma violência específica sobre as mulheres talvez seja o fio da meada para desvendar a teia de ódio e miséria humana que se desencadeiam em outras relações sociais e sexuais. O mesmo ensaísta americano nos exorta à refletir que, em suas palavras,

"... conforme vimos por este estudo das mitologias que moldam nossas atitudes sexuais, as mulheres têm sido, com freqüência, alvo da agressão dos homens. Foram acusadas de ter provocado a agressão por sua mera ação de presença como seres sexuais. Contudo, elas não são as únicas vítimas da vontade masculina de dominar. Quando não há uma mulher disponível para desempenhar o papel de vítima, servem um jovem pacato ou uma criança. O estupro nas prisões, por via de regra, é hoje visto como ele é: uma representação de papéis de força dentro de um ambiente exclusivamente masculino e autoritário, no qual o detento mais jovem e mais fraco, normalmente réu primário, é obrigado a cumprir o papel que lá fora é atribuído às mulheres".(HIGHWATER, 1992: 94)

A mercantilização do tempo e do espaço, a crescente ditadura da máquina e da ordem levaram ao desesperado pensamento trágico que sente a desumanização do mundo mas não é

capaz de engendrar formas de superação. Uma sensação de impotência, impessoalidade e opacidade toma conta da modernidade decaída. Neste mundo, a mídia ocupa lugar de destaque, vende fórmulas de sucesso e pretende-se um bálsamo para a solidão e nulidade do cotidiano.

Sobre estas cinzas levantam-se as mitologias vendidas para jovens, adultos e crianças, a da exuberante sexualidade dos vencedores, a onipotente sexualidade dos perversos, a grandiloquente sexualidade dos poderosos, contrastando com a efêmera e pobre sexualidade entediante de nossas vidas insossas, Highwater (1992) diz:

(...) Sabe-se que, numa sociedade de consumo, a agressão é provocada pela sensação de inutilidade - venha ela do tédio, da emasculação, da pobreza, da ignorância ou da brutalização. No entanto, somos constantemente bombardeados por mensagens de opulência, triunfos sexuais, riqueza e poder. William Faulkner preferia que prevalecêssemos, em lugar de sobrevivermos, pura e simplesmente, mas a verdade é que a sobrevivência é o máximo que a maioria das pessoas pode esperar. Esse destino talvez seja a trágica e definitiva condição de nossa vida, respondendo acaso pela mitologia que atualmente define a nossa sexualidade: a tensão entre a passividade melancólica e a agressão violenta. (HIGHWATER, 1992: 68)

Estas mitologias negativistas e fantásticas repercutem profundamente na sociedade de massas. Encontramo-nos com jovens e crianças ansiosos por saber de si, de seu mundo, perguntam sobre sexo ou sobre sexualidade, mas tinham por suporte uma pergunta muito maior, que é aquela que perscruta sobre o mundo e o sentido que podemos dar a ele, e a nós mesmos no mundo. Esta intervenção é mais fundante do que quaisquer outras que um adolescente pode perceber, a de resgatar a capacidade de ser sujeito e a de amar. Esta noção de amor, capacidade afetiva e cidadania é o suporte de uma *educação sexual emancipatória*. Nisto, torna o resgate da experiência única de constituir uma sexualidade essencialmente humana.

Diz ainda nosso interlocutor Highwater (1992): "*O erotismo não é sexo bruto, mas sexo transfigurado pela imaginação (...) A derradeira conseqüência da rebelião erótica será o desaparecimento do erotismo e daquilo que foi a sua mais sublime e revolucionária invenção: a idéia do amor*". Desta perda do amor sabemos todos, pela alienação do trabalho, pela expropriação do desejo e do mundo humano. A *dessacralização* abrupta de todas as esferas da vida humana, de que nos fala M. WEBER (1995), surge como um fenômeno que atinge também e dilacerantemente a sexualidade. Não somente da necessidade de dominar, de fazer a contabilidade desta dominação e de reacender marcos de controle, mas também para exorcizar-se de si mesma, eximir-se de culpa e supostamente re-significar-lhe os contornos e seu alcance.

Ao invés de emancipar, os saberes sobre a sexualidade logram administrar, vender, mercadejar, símbolos e panacéias... Esta descompressão da fala sobre as sexualidades passíveis de uma administração tem sido a alma ontológica dos programas de educação sexual construídos no Brasil nas últimas décadas, em suas mais diversas versões e formas. Ressalta-se em todas as propostas e seus conseqüentes métodos a obrigatoriedade de discernir, patrulhar, coordenar, controlar. Enquanto não houver sólida vinculação da análise do discurso com as determinações políticas que podem engendrar, estaremos prisioneiros da armadilha de Foucault (1985), o discurso-tribunal, os manuais de discriminação, a contabilidade da ordem e o exorcismo das supostas anomalias. A fragmentação destes discursos, seu conseqüente encantamento pela escola, pelos consultórios, pela Igreja, pela Medicina, pela mídia, obedece ao processo de administração e gestão do poder das sociedades capitalistas complexas.

A proliferação dos discursos sobre a sexualidade não deve ser entendida como o apanágio de sua transformação e tão positivamente, o quanto acreditava W. REICH (1979), uma nova moral libertadora e revolucionária. Foucault (1985) denuncia as formas negativistas de apresentar o poder como estigmatizado em instituições coercitivas. Para ele, o poder dos saberes é produtivo, real, incitante, positivo. Não é a negação do sexo e sua pragmática, a forma das novas dominações, mas precisamente sua incitação a fazer e falar, diz Foucault (1985):

"Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhe escapa - tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar do sexo, desqualificada como sendo direta, crua, grosseira. Mas, isso não passou da contrapartida e, talvez da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder". (FOUCAULT, M 1985: 13)

Ao denunciar este erotismo discursivo generalizado, que abriu saberes e desvendou segredos, iluminou com a racionalidade técnica os campos da sacralidade erótica indomável, a sociedade perdeu-se de si e ampliou uma rede de poder e controle que nem tem mais consciência de onde inicia-se e onde termina. É a dominação de todos sobre todos, a infinita realização do panótico que a todos e a tudo controla, engendra, espia, julga e pune onipotente e

oniscientemente. Ao constituir um segredo, um saber e uma liturgia nova a sexualidade hodierna cria novas teias de poderes, no pensamento de Foucault (1985):

"O segredo do sexo não é, sem dúvida, a realidade fundamental em relação à qual se dispõem todas as incitações a falar de sexo - quer tentem quebrá-lo quer o reproduzam de forma obscura, pela própria maneira de falar. Trata-se, ao contrário, de um tema que faz parte da própria mecânica dessas incitações: maneira de dar forma à exigência de falar, fábula indispensável à economia infinitamente proliferante do discurso sobre o sexo. O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo". (FOUCAULT, 1985: 13)

A proliferação dos discursos como forma da expressão das redes de poderes é a grande tese de Foucault. Para os que se dedicam ao estudo da sexualidade humana e para os que se propõem a pensar numa forma de educação emancipatória para a sexualidade tão dilacerada de tantas pessoas- jovens, adolescentes e crianças - nas escolas e nas instituições sociais contemporâneas, resta uma sensação de profunda impotência. Se, de um lado, revigoramos a crítica para emancipar a ação, sentimos que a eficácia desta ação somente consubstancia-se numa luta política mais ampla, de corte estrutural.

Concluimos que a proliferação dos discursos sobre a sexualidade humana, sua conseqüente classificação entre a anormalidade e as perversões, a *pedagogização* da normatização do sexo, infantil e adolescente, matrimonial e doente, correspondeu aos interesses e movimentos internos da sociedade burguesa. Não há variação entre a repressão medieval e a suposta liberdade advinda com a modernidade burguesa. Engendram-se teses e formas de novos discursos, mas há uma eficiente transformação das teias de poder e controle social das práticas sexuais.

A filosofia do corpo que defendemos é a de uma corporeidade essencialmente humanizada, consciente de si e de seus potenciais meios de produzir coisas reais e sensíveis num mundo tangível, feito para todos os homens. Os corpos dos homens livres, libertos de toda forma de expropriação e reconhecedores do que podem produzir e socializar entre seus pares e semelhantes as mais criativas e originais formas de expressão. Um corpo que recusa ser mercadoria e que busca constituir-se além do "reino da necessidade", com as quais garantimos unicamente nossa sobrevivência material, mas um corpo projetado para ser signo de liberdade, para novas e plenas formas de espiritualização da paixão humana. Este corpo, carregado de

signos sociais de exploração, anseia superar as condições materiais que o dilaceram e fazem padecer, para alcançar e engendrar outra plenitude, numa nova materialidade.

## **REFERÊNCIAS**

FOUCAULT, **História da Sexualidade**, A Vontade de Saber. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOLDMANN, L. **Dialética e Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

HIGHWATER, Jamake. **Mito e Sexualidade**. São Paulo: Saraiva, 1992.

MALINOWSKI, B. **Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

REICH W. **A Revolução Sexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SARTRE. J. P. **A Idade da Razão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard. **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

VASCONCELOS, N. **Os Dogmatismos Sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

César Aparecido Nunes  
E-mail: [cnunes@unicamp.br](mailto:cnunes@unicamp.br)

Recebido: 20/11/2003  
Aprovado: 26/04/2004.